Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB/DC

Ata da Reunião Extraordinária do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB/DC, realizada no dia 25 de março de 2021.

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quinze minutos, deu-se início à Reunião Extraordinária do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, através de videoconferência, com validação embasada na Deliberação № 01/2020, de 02/06/2020, publicada no Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias de número 6856, de 19/06/2020, em sua página 14, secretariada pelo funcionário Jocimar Santos Silva, com os seguintes pontos de pauta: **I – PALAVRA DA PRESIDENTE; II – PARECER – FUNDEB/2020; III – PARECER PNATE; IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS.** Estavam presentes os Conselheiros Titulares: Solange Noronha de Souza (representante do Poder Executivo da Secretaria Municipal de Educação/DC), Miriam de França (representante do Poder Executivo da Secretaria Municipal de Educação/DC), Rogério Mendes Ferreira (representante dos Diretores das Escolas Municipais), Robson Rodrigues de Carvalho (representante do Conselho Municipal de Educação/DC), Carlos Maurício Franklin Lapa (representante do Sindicato dos Profissionais da Educação de Duque de Caxias - SEPE), Bruno Barbosa Dias (representante dos Servidores Técnicos Administrativos da Escola Básica Pública) e Eliane Silva de Moura (representante do segmento de Pais e/ou Responsáveis - APAEP), Luiz Ricardo da Silva Junior (representante do Conselho Tutelar); Conselheiros Suplentes: Tatiane Chagas Lemos (representante dos Diretores das Escolas Municipais), Mariangela Almeida de Faria (representante do Conselho Municipal de Educação/DC), Renata Roseo do Nascimento (representante do Sindicato dos Profissionais da Educação de Duque de Caxias - SEPE) e Eliane Silva de Moura (representante do segmento de Pais e/ou Responsáveis - APAEP). Apresentou justificativa pela ausência: Maria da Glória Ferreira dos Santos (representante do segmento de Pais e/ou Responsáveis - APAEP). A reunião contou com a participação de Ian Vitor Queiroz da Silva, representante dos estudantes secundaristas – AERJ e da Professora Josélia Muzi, responsável pela articulação dos Conselhos na SME/DC. **I – PALAVRA DA PRESIDENTE –** Em razão da dificuldade na

participação da Presidente Eliane Silva, por motivo de saúde de um familiar, o Secretário Executivo agradeceu a presença de todos e comentou sobre as atividades dos Grupos de Trabalho realizados na semana anterior. Informou já ter encaminhado ofício contendo as solicitações dos Conselheiros para o Gabinete da Secretária demandando maiores esclarecimentos sobre a planilha/resumo das prestações de contas dos recursos oriundos do FUNDEB. Informou também que o DPCF (Departamento de Planejamento, Controle e Finanças) já enviou as planilhas referentes ao primeiro bimestre, que será lançado nos grupos afins. **II – PARECER – FUNDEB 2020 –** O Secretário Executivo explicou o trâmite necessário do Parecer conclusivo de prestação de contas do uso e repasse de verbas do FUNDEB, especificando sua funcionalidade. Pela definição da reunião Ordinária de 18/03/2021 (dezoito de março de dois mil e vinte e um), ficou estabelecido a sua conclusão na presente reunião. Ao consultar os conselheiros sobre o acréscimo do termo favorável ao Parecer, o Conselheiro Carlos Maurício, se pronunciou que pela falta do retorno dos esclarecimentos solicitados na apresentação da prestação de contas pelo DPCF, não concordaria com o Parecer ser favorável. O Secretário executivo informou que o DPCF teria comunicado estar elaborando resposta à demanda. Realizou a leitura do ofício que destinou ao setor citado as solicitações de informações e esclarecimentos sobre a planilha/resumo das prestações de contas. A Conselheira Miriam de França esclareceu que as contas já tinham sido aprovadas em plenária por votação na reunião anterior. O Conselheiro Carlos Maurício pediu para que constasse em ata o seu posicionamento contrário à aprovação. A Conselheira Renata Roseo do Nascimento corroborou com o Conselheiro Carlos Maurício mencionando achar precoce a aprovação. A Conselheira Solange Noronha rememorou como se deu a prestação de contas: que foi estabelecida em um grupo de trabalho, com apresentação minuciosa dos dados apresentados ao pleno e com a plenária aprovando com a maioria de votos a prestação de contas exposta. Ratificou não compreender o porquê de uma matéria já votada a retornar à discussão, e que esta seria uma questão já equacionada. O Parecer foi finalizado com a atualização dos conselheiros presentes. Os conselheiros Carlos Maurício, Renata Roseo e Bruno Barbosa, solicitaram a retirada de seus nomes na aprovação do referido documento, por terem sido informados a impossibilidade da alteração do texto padrão do documento e suas opiniões contrárias a este relatório, sem, no entanto, solicitarem a

inclusão de um adendo contendo tais relatos. **III – PARECER PNATE –** O secretário Executivo clarificou à análise da prestação de contas do PNATE, explicando ser diretamente no SIGECON (Sistema de Gestão de Conselhos) através de questionário disponibilizado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) cujas respostas seriam embasadas pelas visitas do Grupo de Trabalho. Contudo, informou que o acesso para esta análise ainda não estaria disponibilizado e que assim que estivesse liberado informaria ao Conselho para realização da mesma. **IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS –** A Conselheira Renata Roseo comunicou uma reivindicação de diretores escolares quanto às suas representatividades no CACS-FUNDEB, afirmando que nesta formação o quadro foi Governamental. Mencionou considerar tal representatividade arbitrária. Solicitou esclarecimentos quanto aos estudantes secundaristas. Discorreu sobre a necessidade de estudarmos a nova lei e sua composição. O Secretário Executivo informou que o processo relativo à representação dos estudantes secundaristas já havia sido encaminhado ao Gabinete da Secretária Municipal de Educação com informações alusivas às reuniões cujo tema foi debatido. A Conselheira Solange Noronha de Souza questionou a existência de ata de reunião a respeito da eleição definidora das representações do SEPE. A Conselheira Renata Roseo afirmou existirem atas em movimentos eleitorais do sindicato. O Conselheiro Carlos Maurício realizou referências à Lei 14.113/2020, solicitando urgência na organização interna do CACS-FUNDEB a fim de atendimento aos prazos estabelecidos, tanto como no esclarecimento da composição de suas representações. Afirmou que organizações onde existisse diretoria não seria necessária a realização de eleição, podendo ser feita uma indicação direta. O Secretário Executivo comentou sobre a palestra ofertada pela UNCME/RJ que aconteceu no dia 24/03/2021 (vinte e quatro de março de 2021) às 15h, pelo link: https://youtu.be/bWacCFUpdns e recomendou que o colegiado acompanhasse. Ademais, ratificou a necessidade da realização de estudo sobre a Lei 14.113/2020 e confirmou as indicações dos palestrantes visando minimizar as dúvidas a partir dessa formação. A professora Josélia Muzi elucidou que em pesquisa feita ao FNDE foi informada que nenhum município será penalizado pela extensão no prazo inicialmente estabelecido. Sugeriu que o colegiado se empenhasse nos estudos sobre a nova legislação visando a elaboração de um edital justo. Explicou que ocorrerá um novo mandato que se encerrará em dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), com início

de um novo a partir de janeiro de 2023 (dois mil e vinte e três), no terceiro ano de mandato do Executivo, com um novo Conselho, com mandato de 4 (quatro) anos, com as representatividades das Escolas do Campo, Instituições civis e alunos secundaristas. Argumentou a respeito das ações de pesquisa sobre o assunto e que em tempo oportuno será disponibilizado ao Conselho. O Secretário Executivo pediu a atenção de todos sobre um acontecimento junto ao FNDE. Explicou que a Presidente do CACS-FUNDEB, Eliane Silva, havia recebido uma notificação do TCU (Tribunal de Contas da União), pelos correios, na sua residência. Instruiu que o FNDE disparou aviso para o SIGECON, em época que o Conselho ainda estava em análise, inviabilizando o acesso ao mesmo. Avisou que o documento foi encaminhado À Secretaria Executiva no dia 17/03/2021 (dezessete de março de dois mil e vinte e um). A Professora Josélia Muzi se prontificou a esclarecer o teor do documento visto ter realizado acompanhamento do mesmo junto ao Assessor Jurídico do Conselho Municipal de Educação. O Secretário Executivo explicou que apesar da presidente Eliane Silva não ter sido membro integrante do Conselho em 2010 (dois mil e dez), a notificação foi direcionada a ela pela sua atual função e que a resposta deveria ser direcionada no prazo estipulado no documento, prazo esse já expirado. Sinalizou que a Presidente havia passado por situações de ordem pessoal de elevado desgaste psicológico, o que ocasionou a entrega dos documentos à Executiva na semana anterior à reunião. A professora Josélia Muzi apresentou um resumo do documento: omissão do Conselho de Controle Social no dever de analisar e emitir parecer conclusivo sobre a prestação de contas do Programa Especial de Recuperação da Rede Física Escolar Pública (Reestfísica/TD), exercício 2010, na entidade executora da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Informou também que neste mesmo ano, saiu uma Resolução do Governo Estadual, número 19, que citava todos os municípios que foram contemplados com recursos para atender as escolas, após enchentes. Este documento foi direcionado ao CACS-FUNDEB em 2010. Mencionou que em pesquisa as atas, fora identificada a definição das escolas que iriam receber os recursos, sendo eleitas as unidades escolares: 1 - Escola Municipal Bairro Califórnia, 2 - Escola Municipal Sete de Setembro, 3 - Escola Municipal Jayme Fichman, 4 - Creche Municipal Jesuína Fátima de Andrade, 5 - Escola Municipal Costa e Silva. Pela análise documental esse programa não findou em 2010, mas se estendeu até 2016 e que possivelmente não houve acompanhamento nos Conselhos posteriores. A professora

Josélia perguntou ao Conselho como proceder diante de tal fato. O Conselheiro Bruno Barbosa salientou que essa demora na apresentação dos documentos não poderia ocorrer. A Conselheira Miriam de França sugeriu que o Conselho fizesse a análise na íntegra, indicando que a Executiva realizasse a solicitação de todos os documentos pertinentes para uma melhor ponderação, buscando a fidedignidade dos fatos. Em relação a data de recebimento do documento do TCU, ela também ponderou sobre os trâmites para comunicado oficial ser encaminhado por um órgão público, considerando que a notificação tenha sido entregue em uma data muito posterior ao indicado no documento. O Secretário Executivo pontuou que caberia neste momento a elaboração de um ofício à Secretaria Municipal de Educação solicitando todos os esclarecimentos possíveis quanto a esta questão e que, em posterior momento, deveria ser marcada Reunião Extraordinária para a análise dos documentos. A professora Josélia Muzi se prontificou a analisar os documentos e fazer uma linha do tempo de todas as ações de acompanhamento. O Secretário Executivo salientou a necessidade de pedir dilação do prazo junto ao TCU e ratificou: assim que o sistema efetivar a liberação de análise dos recursos oriundos do PNATE será preciso convocar uma reunião extraordinária para esse fim. Sem mais assuntos para registro, o Secretário Executivo agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião. Não havendo mais considerações, eu, Jocimar Santos Silva, Secretário Executivo do Conselho, lavrei a presente ata, 25/03/2021 (vinte e cinco de março de dois mil e vinte e um) que contou com a colaboração da Professora Heloise de Araujo em sua elaboração, que será lida, revisada e ratificada por todos os Conselheiros em suas representações: Conselheiros Titulares: Solange Noronha de Souza (representante do Poder Executivo da Secretaria Municipal de Educação/DC), Miriam de França (representante do Poder Executivo da Secretaria Municipal de Educação/DC), Sandra Nunes Adão (representante do Poder Executivo da Secretaria Municipal de Educação/DC), Rogério Mendes Ferreira (representante dos Diretores das Escolas Municipais), Robson Rodrigues de Carvalho (representante do Conselho Municipal de Educação/DC), Carlos Maurício Franklin Lapa (representante do Sindicato dos Profissionais da Educação de Duque de Caxias - SEPE), Bruno Barbosa Dias (representante dos Servidores Técnicos Administrativos da Escola Básica Pública) e Eliane Silva de Moura (representante do segmento de Pais e/ou Responsáveis - APAEP); Conselheiros Suplentes: Geise Conceição da Silva (representante do Poder

Executivo da Secretaria Municipal de Educação/DC), Sandra Adão Nunes Duarte (representante do Poder Executivo da Secretaria Municipal de Educação/DC), Tatiane Chagas Lemos (representante dos Diretores das Escolas Municipais)